

InformAPES

Urgente

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 9912255714
ECT/DIRIM/G/CENTRO
A PESJF S Sind. PUBLICAÇÕES

Informativo da Associação
dos Professores de Ensino Superior
de Juiz de Fora - Campus da UFJF
Novembro 2012

Docentes pressionam por melhorias no PL

Resultado do simulacro de acordo firmado entre governo e PROIFES, o projeto de lei 4368/12 foi enviado para o Congresso em 31 de agosto contendo basicamente as diretrizes já anteriormente apresentadas no documento “Aspectos Conceituais da Proposta de Reestruturação das Carreiras Docentes”. O PL apresenta também tabelas, com valores de VB e RT, com efeitos financeiros para 2013/14/15.

Em Audiência Pública, docentes defendem emendas para corrigir distorções no PL, pág. 2

Confira principais emendas propostas, pág. 4

Projeto ataca a Autonomia Universitária e a Constituição, pág. 3

APESJF implementa a luta em Juiz de Fora e divulga nota, pág. 3

Foto ANDES-SN



Audiência Pública na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público em 20/11. Reunião discutiu o PL 4368.

Carteirinhas do Plano de Saúde têm prazo prorrogado, pág. 4

APESJF informa débito da 13ª mensalidade, pág. 3

ANDES defende mudanças no PL da Carreira

*Com textos do ANDES-SN

A presidente do ANDES-SN, Marinalva Oliveira, e o 1º vice-presidente, Luiz Henrique Schuch, outros diretores e vários membros de seções sindicais representaram a entidade na audiência pública realizada no dia 20 de novembro, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), da Câmara dos Deputados, para debater o projeto de lei 4368/2012. Os diretores

do Sindicato Nacional denunciaram o simulacro de acordo assinado pelo governo e o Proifes em agosto e defenderam a aprovação de emendas que mudem o projeto.

Durante a audiência, o ANDES-SN distribuiu um documento em que são explicadas as emendas defendidas pelo Sindicato. “O que propomos é uma alternativa objetiva ao PL, como forma

de atender às reivindicações dos docentes”, explicou Marinalva.

Ela disse que o ANDES-SN reivindica amplo espaço de debate em torno do projeto, devido às suas profundas implicações no futuro das Instituições Federais de Ensino. “Temos pressa na aprovação de um projeto que realmente atenda às reivindicações docentes”, enfatizou.

Desestruturação da carreira vem desde a década de 90

Schuch, que dividiu com Marinalva o tempo de dez minutos para detalhar as propostas defendidas pelo Sindicato, lembrou que desde a década de 1990 a carreira docente vem sendo desestruturada e que o PL 4368/12 aprofunda essa desestruturação, imposta por sucessivos governos. “As emendas defendidas pelo ANDES-SN imprimem

uma inflexão positiva, no sentido de construção de uma carreira que valorize o trabalho docente e contribua para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, ressaltou.

Na sua fala, a presidente do ANDES-SN disse que a ausência de uma carreira estruturada com remuneração digna e as precárias condições de traba-

lho e de infraestrutura nas Instituições Federais de Ensino levaram os docentes a realizar, este ano, uma das maiores greves da sua história.

Disse, também, que a proposta defendida pelo ANDES-SN valoriza a titulação, a experiência profissional do docente e o regime de dedicação exclusiva.

Governo não dialogou com categoria

A Presidente do ANDES enfatizou que o Sindicato apresentou uma contraproposta ao governo em agosto, mas não “nos foi dada a oportunidade de dialogar”. Marinalva lembrou ainda que o conteúdo das emendas apoiadas pelo ANDES-SN convergem com a essência do que constava na contraproposta. Como os representantes do governo afirmaram várias vezes que estavam abertos ao diálogo, Marinalva lembrou que o Sindicato já enviou correspondências ao Ministério do Planejamento, solicitando

audiências, e que as duas reuniões agendadas no MEC foram desmarcadas.

Representaram o governo, na audiência, o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, e o secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, Amaro Lins, que ao final foi substituído por Aléssio Trindade de Barros, diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Pelas demais entidades falaram Maria Aparecida Rodrigues (Sinasefe), Paulo

Henrique Rodrigues (Sinasefe) e Eduardo Rolim (Proifes).

A audiência foi dirigida pelo deputado Sebastião Bala Rocha (PDT/AP), presidente da CtasP, e Alex Canziani (PTB/PR). Bala Rocha afirmou que a intenção dele é concluir a apreciação do projeto até o final do ano. Esse também foi o posicionamento do deputado Canziani, que ao final da audiência se comprometeu a analisar as sugestões das entidades, como forma de “construir o melhor relatório possível”.

Foto ANDES-SN



Docentes participam da audiência Pública na CTASP. ANDES contrapôs argumento de que governo negociou

Carreira em audiência no Congresso Nacional

Pontos a se destacar no PL

- A maioria dos docentes, descontada inflação, entre 2010, data do último reajuste, até 2015, terão perdas salariais;

_ Em todos os momentos que o PL menciona as atividades de ensino, pesquisa e extensão não há referência à questão da indissociabilidade entre estas atividades;

_ O PL não cria o banco de professor equivalente para os colégios de aplicação, escolas técnicas;

_ O texto é impreciso quanto à existência de uma relação de continuidade ou de ruptura com o regime jurídico anterior. Os aspectos que geram esta dúvida são: Art. 1º, 4º, 6º e 37.

_ O PL não faz mais referência aos 5% de vagas para o cargo de Titular Livre, mas cria um quantitativo de cargos e não estabelece critérios de distribuição destes cargos nas IFE. Os atuais ocupantes do cargo de titular do MS passam a integrar a nova carreira

-No artigo 18, o PL cria o dispositivo: "Reconhecimento de Saberes e Competências" - RSC - concedida pela respectiva IFE de lotação, em que o docente receberia uma Retribuição de Titulação equivalente ao mestrado ou doutorado, mesmo sem ter esses títulos. A concessão seria feita de modo não especificado por um Conselho Permanente, prejudicando e desestimulando a formação continuada do profissional;

-O PL, ao contrário da proposta do ANDES-SN, mantém as carreiras estruturadas em classes distintas, vinculando a elas os títulos acadêmicos. Determina que o ingresso dar-se-á sempre no nível e classe iniciais e que somente após o cumprimento do estágio probatório, o docente poderá ascender à classe correspondente ao seu título;

_ O PL afronta a autonomia universitária ao delegar ao MEC a criação de critérios para avaliação visando a progressão na carreira.

_ No parágrafo 1º do Art. 17 está consignado que a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões;

APESJF reforça a luta pelas emendas

Em Juiz de Fora, APESJF tem estabelecido contato com parlamentares da região no sentido de angariar apoio para as emendas defendidas pelo ANDES-SN no Congresso.

A APESJF já realizou uma entrevista coletiva para falar a respeito da luta pelas modificações necessárias e o tema já foi pauta da última assembleia. A nota a seguir foi encaminhada à imprensa e aos docentes:

"Os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior, apesar de serem vítimas do desrespeito por parte do Governo Federal, que durante a

última greve ignorou suas reivindicações, tomou atitudes antissindicaais, impôs sua proposta antidemocrática e assinou um "acordo" com um sindicato que não representa a categoria, continuam na luta pela valorização dos profissionais da educação. No momento, o ANDES-SN, representando docentes de todo o país, luta no Congresso Nacional para reverter parte dos malefícios contidos no PL 4368/12 resultante de tal "acordo".

Em 20 de novembro, nossos representantes participaram de audiência pública no Congresso desmascarando o discurso governamental de que houve

negociação e reforçando o apelo aos parlamentares para que aprovem emendas que possam corrigir os problemas apresentados no PL.

Em Juiz de Fora, a Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora Seção Sindical do ANDES-SN está vigilante aos trâmites, comissões, emendas e audiências que tratam da questão, trabalhando em conjunto com o Sindicato Nacional.

Cobramos dos deputados o compromisso com a educação. Que o discurso possa se reverter na prática em avanços e melhorias no Projeto de Lei".

InformAPES

APESJF informa desconto da 13ª mensalidade

A APESJF informa que, no pagamento de Novembro/ 2012, a ser efetivado no início de Dezembro, além do desconto no contracheque (Vencimento Básico e RT), procederá o desconto em conta-corrente de 1% sobre (Vencimento Básico, RT), correspondente à 13ª Mensali-

dade.

Este procedimento, que vem sendo anualmente executado, foi aprovado na Assembléia de 17/10/2002, e tem objetivo de custear as despesas de final de ano, como 13º Salário de Funcionários, Agenda 2013, envio de delegados

ao Congresso do ANDES/SN e rateio referente ao evento.

Assim, o sindicato solicita a professores e professoras que, caso ainda não o fizeram, que atualizem suas respectivas contas correntes junto a APESJF, a fim de se efetuar os débitos citados.

ANDES se mantém na luta por emendas ao PL

O Projeto de Lei 4368/2012, que trata da estruturação do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal recebeu 76 emendas na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP).

O prazo para apresentação das alterações foi encerrado em 16/10, mas o texto ainda pode receber alterações nas próximas comissões que tramitará.

As emendas de caráter supressivo, modificativo, aditivo e substitutivo foram apresentadas por nove deputados federais. Ao lado é possível ver as mais importantes.

O projeto pode ainda receber emendas nas Comissões de Educação e Cultura (CEC), Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC).

Além de trazer alterações referentes às carreiras do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, o projeto de lei trata também da carreira dos docentes dos ex-territórios e colégios militares e traz elementos do acordo dos técnicos administrativos sobre o PCCTAE, assinado pelo governo com Fasubra e Sinasefe.

O ANDES está no embate visando a apresentação de uma emenda que reorganize também a tabela salarial. Os valores monetários não podem ser aumentados, no entanto, o Sindicato Nacional, baseado em contraproposta já apresentada durante a greve, defende uma redistribuição dos valores disponíveis no sentido de dar lógica às tabelas.

Confira algumas emendas em destaque

EMENDA SUPRESSIVA	Discordância da existência do cargo isolado de Professor Titular – livre.	Atende a proposta do ANDES.
EMENDA SUPRESSIVA	Resguardar benefícios, direitos, garantias e vantagens pessoais anteriores a esta lei.	Atende a proposta do ANDES.
EMENDA MODIFICATIVA	Supressão dos cargos isolados.	Atende a proposta do ANDES.
EMENDA SUPRESSIVA	Combate os cargos isolados.	Atende a proposta do ANDES.
EMENDA SUBSTITUTIVA	- Defende 13 níveis de vencimentos para o MS e o EBTT. - Equivalência entre ativos e inativos. - Aprovação em avaliação do plano de trabalho (indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão)	Atende a proposta do ANDES.
EMENDA ADITIVA	Aposentados e instituidores de pensão serão enquadrados da mesma forma que os ativos.	Atende a proposta do ANDES.

Carteirinhas do Plano de Saúde têm prazo prorrogado

Tendo em vista que as negociações para o reajuste nas mensalidades do Plano de Saúde APESJF/UNIMED ainda não se encerraram, a seguradora informou que as carteirinhas dos associados, que venceram em 24 de novembro, estão com prazo prorrogado, no sistema, até 31 de dezembro.

No momento do atendimento, o segurado deverá informar este fato ao hospital ou clínica e a pessoa que está atendendo deverá passar a carteirinha normalmente.

Caso haja algum tipo de problema, o responsável pelo atendimento deverá ligar para a UNIMED para se informar. Se forem necessários exames e procedimentos, os segurados terão que ir à UNIMED e pegar guias pertinentes.

A APESJF reforça que está se empenhando para conseguir o melhor reajuste possível para o Convênio, realizando seguidas reuniões com a Comissão de Saúde e com a diretoria da UNIMED neste sentido.

Os índices reivindicados pela

UNIMED para recuperar, segundo a empresa, o equilíbrio financeiro do convênio é de 45,35% nas mensalidades e 7,93% na coparticipação.

Este valor foi considerado muito acima das expectativas razão pela qual a APESJF solicitou uma reunião com a direção da empresa. No momento em que as negociações chegarem a um termo, o sindicato convocará uma assembléia para a divulgação dos valores na qual professores e professoras possam debater e decidir.